

O Manifesto do Partido Comunista e a Educação, ou como formar o revolucionário

Marcos Roberto Pirateli

Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí, Av. Gabriel Esperidião, s/n, 87703-000, Paranavaí, Paraná, Brasil. E-mail: marcospirateli@hotmail.com

RESUMO. Neste artigo, pretendeu-se explicar o processo *prático-teórico* do método marxiano, apontando para o seu comprometimento com a transformação social, ou para o seu conceito de crise, crítica e práxis; para tanto, privilegiou-se a investigação do caráter educativo do *Manifesto do Partido Comunista*, de Karl Marx e Friedrich Engels, identificando nele alguns pontos que levariam à formação do revolucionário, mediante movimento de classe, destruidora do modo de produção capitalista. Na prática, a revolução deveria ser proletária, consciente e comunista: em suma, o programa proletário constituiu na desarticulação das relações sociais do capitalismo, que não podia ser outra coisa que a destituição do princípio da propriedade privada e da exploração de uma classe sobre a outra. Daí a educação no *Manifesto*, ou a educação marxiana, não ser outra coisa senão formar o homem possuidor da (cons)ciência, do ser histórico ao ser da História, isto é, da *práxis*: em 1848 o revolucionário.

Palavras-chave: Marxismo, *Manifesto do Partido Comunista*, revolução, História, Educação.

ABSTRACT. The *Manifesto of the Communist Party* and education, or how to train a revolutionary. The practical and theoretical process of the Marxist method, as well as its commitment to social transformation and its concept of crisis, critique and praxis are provided in this article. The educational features of Karl Marx and Friedrich Engels's *Manifesto of the Communist Party* were emphasized in our research, with special emphasis on features regarding the training of the revolutionary person through the class movement and the destruction of the capitalist mode of production. Revolution should be proletarian, communist and conscientious; in short, the proletarian program comprises the disruption of capitalist social relationships, mainly through the destruction of the principles of private property and exploitation of one class by another. The Marxist and the *Manifesto* educations train the conscientious person and the historical person to belong to History, or to praxis, that is, the 1848 revolutionary.

Key words: Marxism, *Manifesto of the Communist Party*, revolution, History, Education.

Introdução [o panfleto na porta da fábrica]

Tendo em vista as transformações sociais marcadas pela crise da sociedade capitalista e o desenvolvimento do proletariado na primeira metade do século XIX, papel de destaque nos novos escritos da filosofia e economia política¹, tiveram Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895).

Ao identificar que as formas de uma sociedade estão fundamentadas na unidade do antagonismo entre as classes, o que implicou na necessidade da classe dominante no campo político criar condições para garantir a opressão, qual seja, dar continuidade à existência da classe oprimida, identificaram a crise posta de sua época: a grande indústria e seu progresso pareciam não dar continuidade a esta dinâmica. Em rigor, o modo de produção capitalista era incapaz de garantir a existência de seus submissos, ou seja, a burguesia como classe dominante era incompatível com a existência da sociedade, conforme ficou registrado n'O *Manifesto do Partido Comunista*:

O trabalhador moderno, pelo contrário, em vez de crescer com o progresso da indústria, enterrou-se sempre mais fundo, abaixo das condições de

¹ Naquela época: (1º) a filosofia política (espiritualismo abstrato), cujo método era pautado na especulação fenomenológica, tinha no mercado o guia e a vida humana como troca simpática (conforme A. Smith), o que resultou em uma pedagogia moral segundo a qual, era a vontade que dirigia para esta crença; (2º) já na economia política (materialismo abstrato), em que a apreensão das formas era o método, sustentou-se a crença em que o ouro e o dinheiro constituía a riqueza, culminando em uma pedagogia articuladora da defesa da diferença como natural (segundo D. Ricardo). Essas reflexões foram apresentadas no curso *Tópicos especiais em Educação: a construção do método em Karl Marx*, ministrado pela prof. Dra. Guaraciaba A. Tullio, em 2005, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá; este artigo é fruto das discussões deste curso e foi apresentado como requisito para a conclusão do mesmo.

existência de sua própria classe. Tornou-se pobre e a pobreza cresce mais rápido do que população e riqueza. E aqui torna-se evidente que a burguesia é inapta para ser a classe governante da sociedade e para impor suas condições de existência à sociedade como uma lei primordial. É inapta para governar porque é incompetente para assegurar uma existência para os seus escravos dentro da escravatura; porque não consegue evitar de deixá-lo afundar em tal estado, pois ela tem de alimentá-lo, em vez de ser alimentada por ele. A sociedade não pode mais viver sob esta burguesia, em outras palavras, a sua existência não é compatível com a sociedade (Marx e Engels, 1998, p. 27-28).

No final de 1847, a Liga dos Comunistas² – uma liga secreta e conspiratória formada por operários [“Um fantasma ronda a Europa: o fantasma do comunismo”] – foi transformada em suas estruturas, tornando-se uma organização propagandista comunista. Isto posto, coube a dois de seus partidários, Marx, com 30 anos, e Engels, com 28, a redação do seu novo programa, chamado de *Manifesto do Partido Comunista*, cujo conteúdo teórico e prático apresentou as bases para a convocação revolucionária dos proletários. Isto ficou relatado pelos próprios autores no *Prefácio* à edição alemã de 1872:

A Liga dos Comunistas, união operária internacional que, evidentemente, não podia deixar de ser secreta, devido às condições do momento, encarregou os abaixo assinados [Marx e Engels], no Congresso de Londres, em novembro de 1847, de redigir e publicar um programa pormenorizado do partido, ao mesmo tempo teórico e prático (Marx e Engels, 19--, p. 13).

Engels, no seu *Prefácio* à edição alemã de 1890 do *Manifesto*, esclareceu a diferença entre comunismo e socialismo em 1847. Para ele [e também para Marx], o socialismo não passava de um movimento burguês, enquanto que o comunismo era um movimento operário. O primeiro, de teor utópico, era dividido entre socialistas como os owenistas ingleses e os fourieristas franceses, que, eram

movimentos decadentes, como que “curandeiros” sociais que não queriam de forma alguma tocar no capital e no lucro para acabar com a miséria. Assim, o comunismo apresentou-se como o contraponto, pois propunha a transformação fundamental da sociedade, uma revolução, e para tal, a emancipação operária tinha de ser feita pela própria classe operária (Engels, 19--b, p. 19).

Daí, o ponto de partida do *Manifesto* ser a posição e o movimento do “outro do capital”, o proletariado, aquele que deveria ser o agente desarticulador da última forma histórica de luta de classes (Del Roio, 1998, p. 5).

É válido lembrar que, após a morte de Marx, Engels atribuiu ao seu camarada a primazia da teoria exposta no *Manifesto*. Isto ficou relatado no *Prefácio* à edição alemã de 1883: “[...] este pensamento fundamental pertence única e exclusivamente a Marx” (Engels, 19--b, p. 17).

No mesmo ano, no *Discurso diante da sepultura de Marx*, Engels já havia ressaltado a importância do método de Marx para a análise histórica da humanidade:

Assim como Darwin descobriu a lei do desenvolvimento da natureza orgânica, Marx descobriu a lei do desenvolvimento da história humana: o fato tão simples, mas que até ele se mantinha oculto pelo ervaçal ideológico, de que o homem precisa, em primeiro lugar, comer, beber, ter um teto e vestir-se antes de poder fazer política, ciência, arte, religião, etc; que, portanto, a produção dos meios de subsistência imediatos, materiais e, por conseguinte, a correspondente fase econômica de desenvolvimento de um povo ou de uma época é a base a partir da qual se desenvolveram as instituições políticas, as concepções jurídicas, as idéias artísticas e inclusive as idéias religiosas dos homens e de acordo com a qual devem, portanto, explicar-se; e não ao contrário, como se vinha fazendo até então (Engels, 19--c, p. 351).

A partir disto, pretendeu-se com este artigo elucidar o processo *prático/teórico* do método marxiano (da história) apontando para o seu comprometimento com a transformação social, ou para o seu conceito de crise, crítica e práxis³; e, para tanto, centrou-se em investigar o caráter educativo do texto do *Manifesto do Partido Comunista*, isto é, identificar alguns pontos que levariam à formação do revolucionário.

Além do *Manifesto* – nossa principal fonte – utilizaram-se também dois *Prefácios* escritos por

² Marx e Engels, em 1847, pertenciam ao grupo chamado Liga dos Justos (*Bund der Gerechten*), originada da antiga Liga dos Fora-da-Lei (*Bund der Geächteten*) – uma sociedade secreta de pretensões revolucionárias – que fora fundada em Paris na década de 1830 por artífices alemães (sobretudo alfaiates e carpinteiros) sob a influência de revolucionários franceses (que em sua maioria eram artesãos expatriados); a partir daí, essa sociedade, levada por seu “comunismo crítico”, empenhou-se no desenvolvimento de sua organização no verão de 1847 sob a influência de Marx e Engels, mudando seu nome para Liga dos Comunistas (*Bund der Kommunisten*). No seu primeiro congresso, em Londres, lançou seus objetivos, dentre os mais expressivos pode-se destacar: (1) a derrubada da burguesia; (2) a realização de um governo proletário; (3) a eliminação da velha sociedade, de classes; (4) uma nova sociedade, sem a propriedade privada. Posteriormente, no seu segundo congresso, também ocorrido em Londres, entre novembro e dezembro de 1847, além de reafirmar os seus objetivos, a Liga convidou Marx e Engels para a elaboração de um manifesto que englobasse as metas políticas da Liga (Cf. Hobsbawm, 2004, p. 293).

³ Em virtude disso, apesar do subitem “Crítica, crise, práxis [começando os esboços de uma conclusão]” deste artigo ter-se apontado para uma tentativa de conclusão, as categorias *crítica*, *crise* e *práxis* perpassam todo o texto – implicitamente – conforme foram se revelando a partir do *Manifesto*.

Marx e Engels (da edição alemã de 1872 e da edição russa de 1882) e os *Prefácios* escritos somente por Engels (das edições alemãs de 1883 e de 1890), assim como o seu *Discurso diante da sepultura de Marx* de 1883.

A época da burguesia e a classe operária [a unidade dos contrários]

Quando a corporação medieval não respondia mais às necessidades de seu tempo, a burguesia, oriunda deste período, surgia como força revolucionária. Com o crescimento do mercado, os descobrimentos marítimos, o mercantilismo, a produção industrial e o desenvolvimento da burguesia, decorreu-se a constituição de um novo modo de produção.

Com este lastro, a burguesia findou com as relações feudais (troca simples) ao converter tudo em valor de troca, tudo passou à sujeição de uma exploração aberta, em que o homem é o próprio valor de troca, ou a *mais-valia*: trabalho operado e não pago; toda “profissão” passou a ser assalariada, em síntese, toda relação foi “varrida”. Dessa forma, Marx pretendeu apreender as tendências – crise e expansão monopolista – do capitalismo e sua essência⁴, desvendando, assim, a sociedade capitalista e como ela se desmancha [“Tudo o que é sólido se desfaz no ar”, sentenciaram, laconicamente, Marx e Engels].

[a burguesia] Converteu mérito pessoal em valor de troca. [...] desnudou de sua auréola toda ocupação até agora honrada e admirada com respeito reverente. Converteu o médico, o advogado, o padre, o poeta e o cientista em seus operários assalariados (Marx e Engels, 1998, p. 12-13).

Nesse processo, transformou a sociedade feudal *tida* como desigual e hierárquica, portanto, incompatível com o mercado do capital que estava se desenvolvendo. Para assegurar sua consolidação, civilizou o mundo ao seu modo de produção, criou mais forças produtivas:

A burguesia, pelo aperfeiçoamento rápido de todos os instrumentos de produção, pelos meios de comunicação imensamente facilitados, arrasta todas as nações, até a mais bárbara, para a civilização. Os preços baratos de suas mercadorias são artilharia pesada com a qual derrubam até mesmo a muralha da China, com que forçam o ódio intenso e

obstinado dos bárbaros contra os estrangeiros a capitular. Compele todas as nações, sob pena de extinção, a adotar o modo de produção burguês. Compele-as a introduzirem o que chama de civilização no seu meio, ou seja, a se tornarem burguesas. Resumindo, cria um mundo à sua imagem (Marx e Engels, 1998, p. 15).

A burguesia durante o seu domínio de quase cem anos, criou mais forças produtivas mais maciças e mais colossais do que todas as gerações precedentes juntas. Sujeição das forças da natureza pelo homem, maquinarias, aplicação da química na indústria e na agricultura, navegação a vapor, estradas de ferro, telégrafo, remoção do cultivo de continentes inteiros, canalização de rios, populações inteiras conjuradas fora de suas áreas – que século anterior teve mesmo que fosse um pressentimento de que tais forças produtivas ficariam inativas no colo do labor social? (Marx e Engels, 1998, p. 15).

A história, que segundo Marx foi definida como um antagonismo (desde a Antiguidade até a redação do *Manifesto*), não deixou de ser diferente com a sociedade burguesa, que a partir de uma nova forma de exploração, colocou na ordem do dia novas classes em luta. A sua especificidade foi bipolarizar esse antagonismo em burguesia e proletariado:

Nossa época – a época da burguesia – distingue-se, contudo, por ter simplificado os antagonismos de classe. A sociedade se divide cada vez mais em dois grandes campos inimigos, em duas classes que se opõem frontalmente: burguesia e proletariado (Marx e Engels, 1998, p. 10).

O *Manifesto* começa apresentando a burguesia como a condutora do processo produtivo, mas sem dar conta de que estaria gerando o seu algoz. Diante desta situação, o texto de Marx e Engels apresentou dois pontos interligados entre si: a consolidação do poder político burguês e o proletariado como sujeito autônomo e dotado de interesses próprios (Del Roio, 1998, p. 5-6).

A existência e o domínio da burguesia estavam sustentados nas relações de propriedade. Propriedade que era assegurada pelo Estado⁵, instituição mantenedora da ordem e o poder burguês: “O poder executivo do Estado moderno não passa de um comitê para gerenciar os assuntos comuns de toda a burguesia” (Marx e Engels, 1998, p. 12).

No entanto, com o desenvolvimento do capital,

⁴ No *Prefácio* da primeira edição de *O Capital*, Marx expôs que a produção da pobreza está na essência do capital, isto é, não aponta como certo ou errado, mas apenas como sua forma de ser: “Intrinsecamente, a questão que se debate aqui não é o maior ou menor grau de desenvolvimento dos antagonismos sociais oriundos das leis naturais da produção capitalista, mas estas leis naturais, estas tendências que operam e se impõem com férrea necessidade. O país mais desenvolvido não faz mais do que representar a imagem futura do menos desenvolvido” (Marx, 2001, p. 16).

⁵ Marx, ao definir este seu conceito de Estado, se opôs veementemente a Hegel, pois este, em seu livro *Princípios da filosofia do direito*, apresentou o Estado como a materialização do interesse geral da sociedade; Marx, ao contrário, rejeitou tudo isto em seu livro *Crítica da filosofia do direito de Hegel*, argumentando que o Estado, além de não representar o interesse geral, era a instituição que visava assegurar e conservar a dominação e exploração de classe, isto é, instrumento da classe dominante para a conservação da propriedade (Cf. Miliband, 2001, p. 134).

se desenvolvia, lado a lado, o proletariado, o que poderia lhe significar a própria morte: “Mas a burguesia não só forjou as armas que trazem a morte para si própria, como também criou os homens que irão empunhar estas armas: a classe trabalhadora moderna, o proletariado” (Marx e Engels, 1998, p. 19).

Pelo *Manifesto*, percebe-se que com o triunfo da burguesia viera o anúncio de seu declínio (Vilar, 1987, p. 115) cuja base era o excesso de riqueza. A derrocada desta sociedade seria determinada pelas contradições internas do desenvolvimento capitalista e pela geração do agente revolucionário, o proletariado.

À mercê do mercado, o trabalhador se tornara uma mercadoria. Não só isso, por causa do uso da maquinaria e à divisão do trabalho, passou a ser, também, um apêndice da máquina. Dessa forma, com a indústria moderna, os trabalhadores são articulados como tropas e postos como “escravos” do sistema produtivo.

Não são somente escravos da classe burguesa e do Estado burguês, mas são, a todo dia e a toda hora escravizados pela máquina, pelo supervisor e, acima de todos, pelo próprio indivíduo fabricante burguês. Quanto mais abertamente este despotismo proclama que o ganho é o seu fim e a sua meta, tanto mais mesquinho, tanto mais odioso e tanto mais amargo ele se torna (Marx e Engels, 1998, p. 20).

No campo da competição do capital e com a indústria moderna dos grandes capitalistas, todas as classes da população foram inseridas no proletariado, fossem da classe média baixa, pequenos comerciantes, lojistas, artífices, entre outros. Em face disso, nasceu o proletariado, simultaneamente, nascia a luta contra a burguesia, conforme apontaram Marx e Engels: “O proletariado passa por vários estágios de desenvolvimento. Com seu nascimento, começa a sua luta com a burguesia” (Marx e Engels, 1998, p. 21).

Todavia, no início das revoltas das forças produtivas, o que ocorreram foram lutas não contra a burguesia, mas contra os inimigos da burguesia (descendente da Monarquia Absoluta), ou seja, os trabalhadores eram uma massa incoerente, pois sua vitória significava vitória para a burguesia.

Mesmo gerado junto à burguesia, o proletariado ainda não podia emergir como o agente revolucionário, tendo em vista o seu desenvolvimento não ter chegado ao termo, e isto somente ocorreria – segundo o *Manifesto* – após um longo processo, conforme argüiu o historiador Eric J. Hobsbawm:

Longo processo que parte da rebelião individual, passa pelas lutas econômicas locais e setoriais, de início informais, depois cada vez mais bem organizados por associações operárias, até chegar a ‘uma luta nacional, [...] uma luta de classe’, que deve ser também luta política pelo poder (Hobsbawm, 1987, p. 314).

O desenvolvimento do proletariado estava ligado ao desenvolvimento da indústria, isto porque o seu crescimento e concentração lhe garantiram o crescimento de sua força, e, como se registrou no *Manifesto*: o proletariado sentia mais essa força. Como foi o caso de combinações entre os trabalhadores na forma de sindicatos e associações. E, quando o trabalhador se viu substituído pela maquinaria, levando à redução dos salários, a colisão entre ambas as classes se tornou iminente:

As melhorias incessantes da maquinaria, sempre desenvolvendo-se mais rápido, torna o seu meio de vida mais e mais precário. As colisões entre indivíduos trabalhadores e indivíduos burgueses toma cada vez mais o caráter de colisão entre duas classes (Marx e Engels, 1998, p. 23).

Como luta de classe, o embate entre burguesia e proletariado foi uma luta política. Daí o proletariado ao ter-se organizado constituiu-se em partido político, tendo em vista o seu reconhecimento legislativo. Além disso, a burguesia, que em sua constante batalha contra a velha sociedade e porções da própria burguesia, ao trazer o proletariado para apoiá-la, muniu-o de educação política que, em suma, significava armar o próprio algoz.

Ao perceberem isto, Marx e Engels (nos anos 40) identificaram o fim derradeiro para a luta de classes; seria a hora decisiva em que o proletariado, fruto mais fidedigno da indústria moderna, apareceria como a verdadeira e única classe revolucionária:

De todas as classes que se põem frente a frente hoje com a burguesia, somente o proletariado é uma classe realmente revolucionária. As outras classes declinam e, finalmente, desaparecem frente à indústria moderna. O proletariado é o seu produto mais autêntico (Marx e Engels, 1998, p. 25).

Cabia, assim, ao proletariado, classe com o “futuro nas mãos”, dar cabo ao modo de produção capitalista.

Revolução e Educação [a aurora da consciência]

A história entendida como luta de classes possui uma importância significativa para os ideais revolucionários comunistas. O dominador, detentor do progresso histórico, constituiu-se em uma minoria, enquanto que o dominado, a grande

maioria, estava condenada a trabalhar para aumentar a riqueza de seu opressor. Dessa forma, ao tomar consciência desta exploração, cabia ao operariado dar fim a esta dinâmica histórica, antagônica.

Conforme expôs Engels, décadas após a redação do *Manifesto* (em junho de 1877) no almanaque *Volkskalender*, ao escrever o pequeno texto intitulado *Karl Marx*:

A direção histórica passou para as mãos do proletariado, uma classe que, por toda a sua situação dentro da sociedade, só pode emancipar-se pondo fim por completo a toda dominação de classe, todo avassalamento e toda exploração; e de que as forças produtivas da sociedade, que crescem até escapar das mãos da burguesia, só está esperando que o proletariado associado tome-as sob seu poder para que se crie um estado de coisas que permita a cada membro da sociedade participar não só na produção, mas também na distribuição e na administração das riquezas sociais (Engels, 19--d, p. 346).

Com isso, o Manifesto apresentou a meta imediata do comunismo: “A meta imediata dos comunistas é a mesma de todos os outros partidos proletários: a formação do proletariado em uma classe, a derrubada da supremacia burguesa, a conquista do poder político pelo proletariado” (Marx e Engels, 1998, p. 30).

E como os seus objetivos eram imediatos, colocou na ordem do dia deveres ao proletariado: primeiro, conquistar a supremacia política; posteriormente, erguer-se como classe líder da nação; e por fim, constituir ele próprio uma nação (Marx e Engels, 1998, p. 39).

Segundo o *Manifesto*, o espaço propício à revolução somente se daria onde o capital se impôs e se consolidou, isto porque o proletariado – agente revolucionário – foi gerado no processo produtivo burguês e, portanto, se encontraria onde estava a grande indústria, ou onde esta estava em vias de se finalizar. Daí, em 1848, a zona revolucionária convocada pelo *Manifesto* [“proletários de todos os países, uni-vos”] ser, sobretudo, a Inglaterra, França, Bélgica, Alemanha, Itália e Boêmia (Hobsbawm, 1996, p. 6).

Para tanto, é preciso compreender que o homem é ser social quando sua forma é universal (como forma única), naquele caso, na forma capitalista. Essa forma universal, para Marx, na condição de seu pleno desenvolvimento, e diante da crise, levou o proletariado a um impasse que, em vias de fato, o levaria a dois caminhos: comunismo ou barbárie.

Com a produção social, os homens engendram também as relações sociais. O modo de produção capitalista é, portanto, a primeira forma social de os

homens produzirem sua existência. No entanto, as relações sociais burguesas estão assentadas sobre a propriedade privada dos meios de produção, razão pela qual a universalidade do ser social não pode alcançar a sua plenitude. Enquanto a força produtiva é socializada, apropriação da riqueza faz-se por duas formas, salário e lucro, o que impossibilita a igualdade entre todos os homens. O salário é a manutenção da classe proletária e o lucro, da classe burguesa; a manutenção desta dicotomia conduz o ser social a uma situação de degeneração. O modo de produção que explicita os elementos do ser social, ao continuar reproduzindo-se, na atualidade, degenera-o e conduz os homens a um estado de barbárie, pois, ao desvincular os homens do capital, impede-os de voltar ao que eram, sem, ainda, saber o que serão (Aued, 1999, p. 111).

Dessa forma, com o desenvolvimento continental do capitalismo, a revolução não dependia somente dos revolucionários, tinha de ser européia. Não obstante, o internacionalismo do comunismo era a razão de ser do próprio movimento revolucionário: “Sendo o apelo no Manifesto para que todos os trabalhadores se unissem e expressassem uma independência de classe, uma unidade da diversidade, uma condição necessária para a revolução mundial” (Ferreira, 1998, p. 20).

Segundo Engels, a Liga dos Comunistas foi a primeira a pôr em prática o caráter internacional do movimento operário – pois nela encontravam-se ingleses, belgas, húngaros, poloneses, entre outros – e que chegou até a formar assembleias internacionais (Engels, 19--d, p. 340).

Como na prática entre os partidos operários, o partido comunista era tido como o mais avançado, cabia-lhe a ação revolucionária. É significativo ressaltar as duas especificidades destacadas no *Manifesto*, e que diferenciavam o partido comunista dos demais:

1. Nas lutas nacionais de proletários de países diferentes, eles ressaltam e apresentam os interesses comuns de todo o proletariado, independente de nacionalidade.
2. Nos vários estágios de desenvolvimento que a classe trabalhadora atravessa em sua luta contra a burguesia, eles representam sempre o interesse do movimento como um todo (Marx e Engels, 1998, p. 29).

Para que o proletariado pudesse se constituir em classe e partido político, Marx e Engels apontaram no *Manifesto* que, necessariamente, o proletariado deveria estar associado e dotado de uma aspiração coletiva fundamentado num programa político.

Seguindo esse lastro, a tarefa de Marx, Engels e a Liga dos Comunistas, seria fazer do proletariado: o revolucionário; isto mediante a um movimento de

classe destruidora do modo de produção burguês. É aqui que identificamos a educação no *Manifesto do Partido Comunista*: formar o revolucionário.

Nos tempos de Marx a tarefa essencial – tal como previsto por ele e por Engels – consistia em generalizar o movimento operário, até transformá-lo em movimento de classe, fazendo emergir o objetivo implícito em sua própria existência, ou seja a substituição do capitalismo pelo comunismo, como partido operário distinto de qualquer outro partido das classes possuidoras e voltado para a conquista do poder político (Hobsbawm, 1987, p. 325).

Mas para que a revolução ocorresse era necessário que o proletariado tomasse consciência de que era explorado, de que o trabalho assalariado não resultava em propriedade para o trabalhador; não só isso, tinha de estar ciente que o seu trabalho garantia a propriedade que explorava seu trabalho, e que caso gerasse alguma coisa seria um outro trabalho assalariado para nova exploração (Marx e Engels, 1998, p. 31). Esse papel de educação/formação do trabalhador, segundo Marx (ao discutir com o sindicato dos trabalhadores na Alemanha), não devia ocorrer por meio da escola, mas no partido[!], haja vista a educação estatal ser burguesa.

Daí a educação no *Manifesto* passar pela formação da consciência dos trabalhadores:

Mas não cessa, nem mesmo por um instante, sua tarefa de formar nos trabalhadores uma consciência, tão clara quanto possível, do antagonismo hostil entre burguesia e proletariado, a fim de que os trabalhadores [...] possam voltar sua armas contra a burguesia – armas estas que são as condições políticas e sociais das quais a burguesia necessita para manter o seu domínio – e que assim tenha início imediatamente [...] a luta contra a própria burguesia (Marx e Engels, 1998, p. 62).

Nesse sentido, o *Manifesto* trazia em seu conteúdo uma dimensão política que deveria desenvolver-se no interior da Liga dos Comunistas e que passava por uma consciência crítica das classes sociais formadas na divisão do trabalho: fundamentado na propriedade (Ferreira, 1998, p. 20).

O *Prefácio* à edição alemã de 1890 do *Manifesto*, escrito por Engels – Marx já havia falecido –, fez menção à importância que Marx atribuiu ao desenvolvimento intelectual da classe operária para a realização da revolução: “Marx confiava a vitória definitiva das proposições insertas no Manifesto unicamente ao desenvolvimento intelectual da classe operária, o qual devia resultar da comunidade, da ação e de discussão” (Engels, 19--b, p. 18).

Portanto, para fazer do proletariado um revolucionário, era necessária uma consciência

teórica, que, por extensão, levava à práxis revolucionária. “Marx antecipa no Manifesto esta preocupação que lhe acompanhará por toda a vida e que pode ser sintetizada na expressão de Lênin, segundo a qual, sem teoria revolucionária não pode haver revolução” (Freitas, 1998, p. 14).

No final da primeira seção do *Manifesto*, Marx e Engels apresentam alguns pontos – dos quais organizamos em três itens – fundamentais na tomada de consciência para a formação do revolucionário.

(1) O proletariado tinha de ter conta de que a propriedade privada estava sob posse de apenas 10% da população, ou seja, ele não a possuía, daí a necessidade de extinção da propriedade privada:

Vocês estão horrorizados com a nossa intenção de acabar com a propriedade privada. Mas na sua sociedade, a propriedade privada já acabou para nove décimos da população. A sua existência para os poucos deve-se simplesmente à sua não existência para estes nove décimos. Vocês nos condenam, portanto, pela intenção de acabar com uma forma de propriedade, a condição necessária para aqueles cuja existência é a não existência de qualquer propriedade para a maioria imensa da sociedade. Em resumo, você condena nossa intenção de acabar com a sua propriedade. Precisamente isso. É essa, exatamente, a nossa intenção (Marx e Engels, 1998, p. 34).

No *Prefácio* à edição russa de 1882 do *Manifesto*, Marx e Engels confirmaram esta audaciosa proposta: “O Manifesto Comunista propôs-se como tarefa proclamar a desapareição próxima e inevitável da moderna propriedade burguesa” (Marx e Engels, 19-- , p. 16).

Além disso, o proletariado não deveria ser *patrão* das forças produtivas ao destituir a propriedade individual, pois no comunismo o trabalhador não deveria subjugar o outro, entretanto promover a existência do trabalhador.

Os proletários não podem se tornar patrões das forças produtivas da sociedade, exceto abolindo seus próprios meios de apropriação anteriores e, de tal modo, também todos e quaisquer outros modos de apropriação anteriores. Eles nada têm para assegurar e fortificar. A missão deles é destruir todas as garantias e seguranças da propriedade individual (Marx e Engels, 19-- , p. 26).

Na sociedade burguesa, trabalho para viver não passa de um meio de aumentar o trabalho acumulado. Na sociedade comunista, trabalho acumulado não passa de um meio de ampliar, enriquecer, promover a existência do trabalhador (Marx e Engels, 19-- , p. 33).

Deste modo, era preciso a abolição da individualidade, independência e liberdade burguesa,

que, em síntese, eram conceitos elaborados pela própria burguesia tendo em vista seus costumes.

(2) O proletariado como revolucionário deveria dar uma guinada nos movimentos históricos que, em vias de fato, eram os interesses da minoria; para isso a classe dominante tinha de ser destronada do poder:

Todos os movimentos históricos anteriores foram movimentos de minorias, ou no interesse de minorias. O movimento proletário é o movimento autoconsciente, independente da imensa maioria, no interesse da imensa maioria. O proletariado, a camada mais baixa da nossa sociedade atual, não pode sublevar-se, não pode se revoltar, sem que toda a camada dominante da sociedade oficial seja arremessada no ar (Marx e Engels, 19--., p. 26-27).

E, para tal, a revolução comunista deveria ser radical: “A revolução comunista é a ruptura mais radical com as relações de propriedade tradicionais. Não surpreende que seu desenvolvimento envolva a ruptura mais radical com as idéias tradicionais” (Marx e Engels, 19--., p. 41).

O esfacelamento dos monopólios que se formavam se daria, para Marx e Engels, pela unidade dos trabalhadores. Isto ficou claro no final do *Manifesto*, quando da convocação dos proletários para que fizessem a revolução:

Os comunistas desdenham ocultar suas opiniões e metas. Abertamente, declaram que seus fins só podem ser atingidos pela derrubada violenta de todas as condições sociais existentes. Que a classe governante trema frente à revolução comunista. Os proletários nada têm a perder fora suas correntes. Têm o mundo a ganhar. Proletários de todos os países, uni-vos! (Marx e Engels, 19--., p. 63).

(3) Para que isto ocorresse, o primeiro passo do proletariado era lutar contra a burguesia nacional (local), e posteriormente ao seu desenvolvimento final, fazer uma revolução aberta:

Apesar de não em substância, mas em forma, a luta do proletariado contra a burguesia é antes de tudo uma luta nacional. O proletariado de cada país precisa, claro, primeiro de tudo acertar seus assuntos com sua própria burguesia.

Ao retratar as etapas mais gerais do desenvolvimento do proletariado, podemos acompanhar a guerra civil (ora mais, ora menos velada) dentro da sociedade até o ponto em que ela irrompe em uma revolução aberta (Marx e Engels, 19--., p. 27).

Isto posto, Marx e Engels não tinham dúvida de que à medida que se chegasse ao término da exploração de um indivíduo pelo outro, posteriormente se chegaria ao término da exploração de uma nação por outra (Marx e Engels, 19--., p. 39).

Mesmo com a conscientização da classe operária

(materializada em associações de trabalhadores), o *Manifesto* não previa, num primeiro momento, o fim da competição no interior da classe social, pois o sistema capitalista ainda estaria se reproduzindo; mas, teria o início do processo que destituiria a vida política burguesa pela gestão da economia pelos trabalhadores. Com o fim do Estado burguês e a sociedade sem classes acabar-se-ia a exploração do homem pelo homem. Para isso, era necessária uma revolução permanente. “Trata-se, portanto, de uma revolução permanente nas práticas sociais que são modeladoras de sociabilidade de homens novos e que submetem o passado reiteradamente na construção do seu presente” (Ferreira, 1998, p. 21).

Na prática, a revolução tinha de ser proletária, social, consciente e comunista, em um processo nacional, reflexivo, pois, para Marx e Engels, o motor da luta não era a fome, isto é, mais comida ou um capitalismo mais distributivo, “mais humano”; o objetivo era uma república, e não qualquer uma, mas social e de liderança socialista e comunista (Hobsbawm, 1996, p. 37).

Esse novo Estado Comunista, que em suma era o proletariado organizado, deveria deter todos os instrumentos de produção, conforme posto no *Manifesto*:

O proletariado usará a sua supremacia política para arrebatar, gradativamente, todo o capital da burguesia, para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado, ou seja, do proletariado organizado como classe governante e para aumentar o total de forças produtivas tão rápido quanto possível (Marx e Engels, 1998, p. 42).

Com isto:

O objetivo histórico imediato do proletariado assim constituído é a tomada do poder político, a instauração da democracia e a destituição da burguesia como classe dominante. Para que isso efetivamente ocorra é necessária a expropriação dos grandes meios de produção que se tornam propriedade social. Evidente que isso exige uma atitude ditatorial e uma violação do ‘direito de propriedade’ (Del Roio, 1998, p. 6).

Todavia, as medidas que levariam à mudança no modo de produção não seriam as mesmas em todos os países, no entanto, para os países mais avançados, o *Manifesto* apresentou um conjunto de 10 medidas:

1. Abolição da propriedade em terra e aplicação de todos os aluguéis de terra para fins públicos.
2. Um imposto de renda pesado progressivo ou gradual.
3. Abolição de todo direito de herança.
4. Confisco das propriedades de todos os emigrantes e rebeldes.
5. Centralização do crédito nas mãos do Estado,

através de um banco nacional com capital do Estado e um monopólio exclusivo.

6. Centralização dos meios de comunicação e transporte nas mãos do Estado.

7. Extensão de fábricas e de instrumentos de produção possuídos pelo Estado; levar o cultivo à terra inculca e a melhoria do solo em geral de acordo com um plano comum.

8. Responsabilidades iguais para todo trabalho. Estabelecer exércitos industriais, em especial para a agricultura.

9. Combinar as indústrias de agricultura com a de manufatura; abolição gradual das distinções entre cidade e campo, através de uma distribuição mais igual da população no país.

10. Educação gratuita para todas as crianças em escolas públicas. Abolição do trabalho infantil em fábricas do modo atual. Combinação de educação com produção industrial etc. (Marx e Engels, 1998, p. 42-43).

Em suma, o programa proletário constituía na desarticulação das relações sociais do modo de produção capitalista, que não podia ser outra coisa que a destituição do princípio da propriedade privada e da exploração de uma classe sobre a outra.

O poder proletário visa então a diluição de toda forma de poder político e de Estado político, o fim da exploração, o fim da dominação política e a emergência de um Estado efetivamente público no qual a liberdade humana possa se manifestar em condições de igualdade (Del Roio, 1998, p. 7).

E isto, obrigatoriamente, passava pela destruição do poder político – sinônimo de poder organizado de uma classe sobre a outra – que significava, por extensão, a destruição das condições de oposição de uma classe sobre a outra. Dessa forma, “no lugar da sociedade burguesa antiga, com suas classes e antagonismos de classe, teremos uma associação, na qual o desenvolvimento livre de cada um é a condição para o desenvolvimento livre de todos” (Marx e Engels, 1998, p. 44).

Basicamente, a rigor, dois pontos levaram Marx a “idealizar” o comunismo: (1) o trabalho passado (o problema da máquina), ou seja, a negação do homem com trabalho, e, (2) a universalização do ser social, isto é, todos têm a mesma forma humana (burgueses e proletários). Em síntese, a ciência burguesa, ciência passada para a máquina é o “ponta-pé” para o início do comunismo: a máquina *era a solução* para Marx, pois possibilitava o tempo para os homens organizarem os rumos da sociedade sem a propriedade privada.

Crítica, crise, práxis [começando os esboços de uma conclusão]

Dessa forma, a idéia revolucionária – decorrente de sua existência material que era a do trabalho

como fonte para a riqueza na grande indústria capitalista – era elemento para se chegar à nova sociedade, comunista, desarticuladora das condições de existência e de idéias “antigas”. De tal modo, a “idéia nova” não era um sonho, mas uma necessidade significativa, e, para tal, era preciso exterminar o que até então existiu: a sociedade de classes. A ontologia pleiteada traduzia-se como “humanidade”.

Quando as pessoas falam de idéias que revolucionam a sociedade, não expressam o fato de, dentro da antiga sociedade, os elementos de uma nova sociedade terem sido criados e que a dissolução das idéias antigas acompanhou a dissolução das condições de existência antigas (Marx e Engels, 1998, p. 40).

A *crítica*, para Marx, era o instrumento que levava ao conceito de *crise*, isto é, quanto mais o homem [proletariado] entendesse as necessidades [dever/ordem no capitalismo] atentaria para a *práxis*. A produção intelectual se metamorfoseia com a produção material: é uma. Assim, o concreto pensado tem de ser expressão do concreto (ou realidade), isto é: (cons)ciência. Simplificando, consciência tem que ser ciência, e ciência da história. Isto posto, o caminho de Marx foi ir do *simples/abstrato* (o conhecimento só do dado) ao *complexo/concreto* (o conhecimento respaldado por categorias históricas; por exemplo: totalidade, crise, práxis, negação da negação, acumulação, contradição etc.). Daí entender que a totalidade é a unidade dos contrários:

A história de todas as sociedades que já existiram é a história de luta de classes.

Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor e servo, chefe de corporação e assalariado; resumindo, opressor e oprimido estiveram em constante oposição um ao outro, mantiveram sem interrupção uma luta por vezes, por vezes aberta – uma luta que todas as vezes terminou com uma transformação revolucionária ou com a ruína das classes em disputa.

Nos primeiros tempos da História, por quase toda parte, encontramos uma disposição complexa da sociedade, em várias classes, uma variada gradação de níveis sociais. Na Roma antiga, temos patrícios, cavaleiros, plebeus, escravos. Na Idade Média, senhores feudais, vassalos, chefes de corporação, assalariados, aprendizes, servos. Em quase todas estas classes, mais uma vez, gradações secundárias.

A sociedade burguesa moderna, que brotou das ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos das classes. Estabeleceu novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta no lugar das antigas (Marx e Engels, 1998, p. 9).

Com isso, Marx pretendeu demonstrar que as circunstâncias não são naturais, porém expressões históricas de uma totalidade, o que entendeu como um desenvolvimento que em seu pensamento foi a compreensão de um movimento que apontava para a crise.

Em face disto, a práxis, neste caso, fazer revolução, não estava separada da consciência de classe operária – que segundo Hobsbawm (1996, p. 45), em 1848, o proletariado já havia começado a tomar essa consciência – conforme testemunho de Engels no seu *Discurso diante da sepultura de Marx*:

Pois Marx era, antes de tudo, um revolucionário. Cooperar, de um modo ou de outro, para a derrubada da sociedade capitalista e das instituições políticas por ela criadas, contribuir para a emancipação do proletariado moderno, a quem ele havia infundido pela primeira vez a consciência de sua própria situação e de suas necessidades, a consciência das condições de sua emancipação: tal era a verdadeira missão de sua vida (Engels, 19--c, p. 352).

Importa considerar que o capitalismo, para Marx, vai até o século XVIII, na sua forma “perfeita”: a mais-valia absoluta. Fora disso, é a crise (século XIX), em que os homens são substituídos pela máquina, isto é, a mais-valia relativa. Mas isto estava nas entranhas do capital, pois este procurava superar os seus limites tendo em vista a maximização do lucro, o que no âmbito da mais-valia era a superação na forma de trabalho morto: a morte do trabalho vivo já estava implícito.

É exatamente isso que Marx demonstra na “Lei Geral da Acumulação Capitalista”: o movimento de acumulação do capital, na medida em que implica elevação contínua da produtividade do trabalho e elevação contínua da composição técnica e orgânica do capital; na medida em que se funda numa base técnica em que a “arte produtiva” está concentrada no capital e plasmada nas máquinas, o que determina a desqualificação e o entorpecimento do trabalho vivo; na medida em que avança progressivamente, destruindo formas pretéritas de produção e tornando “livre” os produtos diretos – o movimento de acumulação, por sua própria dinâmica interna, cria não só a demanda como também a oferta de trabalho, regulando ao mesmo tempo os salários, sem passar por formas de coerção extra-econômicas (Mazzucchelli, 1985, p. 19).

A possibilidade de revolucionar estava garantida ao proletariado na medida em que foi agrupado pela grande indústria, levado à combinação revolucionária. Como a própria burguesia havia produzido seu coveiro, cabia a este tomar o seu papel histórico:

A condição essencial para a existência e para o poder

da classe burguesa é a formação e o crescimento de capital. A condição para o capital é o trabalho assalariado. O trabalho assalariado fundamenta-se exclusivamente na competição entre os trabalhadores. O avanço da indústria, cujo promotor involuntário é a burguesia, substitui o isolamento dos trabalhadores, devido à competição, pela combinação revolucionária, devido à associação. O desenvolvimento da indústria moderna, portanto, tira de sob seus pés a própria fundação sobre a qual a burguesia produz e apropria-se de produtos. O que a burguesia, portanto, produz, acima de tudo, é seus próprios coveiros. A sua queda e a vitória do proletariado são igualmente inevitáveis (Marx e Engels, 1998, p. 28).

Isto posto, a práxis para Marx – diferente do projeto de socialismo utópico destituído de consciência da essência do capital, o caso de Proudhon, por exemplo⁶ – teve início em sua crítica, o que levou à ultrapassagem da filosofia especulativa na medida em que caminhou para uma teoria social (Netto, 2004, p. 14-15), respaldada pelo movimento histórico da crise. Em suma, a teoria nasce da prática e tem uma finalidade prática.

O importante para Marx é você saber a diferença de uma sociedade para outra. O índio era caçador e pescador porque na sua forma de vida caçava e pescava para a sobrevivência. Esta era a produção social: a caça e a pesca como valor de uso. A flecha correspondia a esta forma produtiva. A vida na tribo não era uma forma atrasada nem adiantada de vida. Era produtivamente diferente. *Só quando sabemos a diferença da produção social de uma sociedade para a outra é que podemos, como homem político, como teórico que quer entender para mexer na sociedade, agir para transformar.* Fora desta compreensão podemos até agir, mas agimos movidos pela filosofia da especulação, agimos em nome da justiça (Tullio, 2005, p. 2).

Em síntese o *Manifesto* apresentou à classe trabalhadora que a base da história política e intelectual decorria da produção econômica e da estrutura social de cada época histórica, e que, “a história de todas as sociedades que já existiram é a história de luta de classes”, entre opressor e oprimido. No entanto, o antagonismo entre as classes havia chegado num estágio em que o oprimido, o proletariado, somente poderia se libertar do opressor, a burguesia, na medida em que libertasse toda a sociedade da exploração, opressão e lutas: a crise (do capitalismo) era o momento histórico que dava condições do novo que nasce das entranhas do velho transformá-lo.

⁶ Marx em sua carta a Paul V. Annenkov, [Bruxelas] 28 de dezembro de 1846, escreveu que: “O sr. Proudhon não nos oferece uma crítica falsa da economia política, pelo fato de basear-se em uma filosofia ridícula; oferece-nos, isso sim, uma filosofia ridícula porque não compreendeu a situação social de nossa época em sua engrenagem (*engrènement*), se quisermos empregar essa palavra que, como inúmeras coisas, o sr. Proudhon foi buscar em Fourier” (Marx, 19--c, p. 244).

Considerações finais [a revolução proletária sem saída; a revolução como única saída]

Após a revolução de fevereiro de 1848, entre as hipóteses que se apresentavam no *Manifesto*, pode-se dizer que ele acertou ao dizer que a crise dos velhos regimes levaria a uma revolução social, contudo, errou ao dizer que o desenvolvimento do capitalismo resultaria numa revolução vitoriosa do proletariado (Hobsbawm, 1987, p. 319).

Com a derrota do proletariado, o destino do *Manifesto* não foi outro senão o seu desaparecimento do cenário político, conforme relatou Engels no *Prefácio* à edição alemã de 1890:

O Manifesto tem a sua própria história. Saudado com entusiasmo, quando apareceu, pela vanguarda então pouco numerosa do socialismo científico (como o provam as traduções mencionadas no primeiro prefácio), foi logo posto em segundo plano pela reação que se seguiu à derrota dos operários parisienses de 1848 e enfim proscrito “pela lei”, com a condenação dos comunistas de Colônia em novembro de 1852. Com o desaparecimento, do cenário público, do movimento operário que data da Revolução de Fevereiro, o Manifesto desapareceu também da cena política (Engels, 19--b, p. 18)⁷.

A rigor, na circunferência da pedagogia [para Marx], a educação tinha de derrubar e/ou desmistificar a lei de natureza (ou tudo o que é tido como natural) e as ideologias (projeto político: luta de classes), conforme asseverou Engels em carta endereçada a Mehring, [(Longres) 14 de julho de 1893]: “A ideologia é um processo que o chamado pensador realiza conscientemente, é verdade, mas levado por uma consciência falsa. As verdadeiras forças propulsoras que o põem em movimento permanecem ocultas para ele. Se não fôsse assim, não se tratava de um processo ideológico” (Engels, 19--a, p. 293). Para além disso, era preciso expurgar toda adjetivação dada ao homem (escravo, servo, livre, entre outros) para se chegar à definição de homem: era preciso despir-se disso para o homem ser entendido como “humanidade”.

Daí, a educação no *Manifesto*, ou a educação marxista, não ser outra coisa senão formar o homem possuidor da (cons)ciência, do ser histórico ao ser da História, isto é, da *práxis*: em 1848, o revolucionário.

Referências

AUED, I.M. Capital e emancipação humana: o ser social.

In: AUED, I.M. (Ed.). *Educação para o (des) emprego*: (ou quando estar liberto da necessidade de emprego é um tormento). Petrópolis: Vozes, 1999. p. 109-131.

DEL ROIO, M. Três momentos de atualidade do Manifesto Comunista. *πάντα πέι. Revista da ADUEL*, Londrina, v. 3, n. 1, p. 5-10, jan.-jul., 1998.

ENGELS, F. Cartas: Engels a Mehring. In: MARX, K.; ENGELS, F. (Ed.). *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, 19--a. v. 3, p. 292-296.

ENGELS, F. Prefácios (Manifesto do Partido Comunista). In: MARX, K.; ENGELS, F. (Ed.). *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, 19--b. v. 1.

ENGELS, F. Discurso diante da sepultura de Marx. In: MARX, K.; ENGELS, F. (Ed.). *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, 19--c. v. 2.

ENGELS, F. Karl Marx. In: ENGELS, F. (Ed.). *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, 19--d. v. 2.

FERREIRA, P.R. O manifesto comunista e a transformação social. *πάντα πέι. Revista da ADUEL*, Londrina, v. 3, n. 1, p. 19-23, 1998.

FREITAS, P.J. De volta para o futuro. *πάντα πέι. Revista da ADUEL*, Londrina, v. 3, n. 1, p. 13-16, 1998.

HOBBSBAWM, E.J. Aspectos políticos da transição do capitalismo ao socialismo. In: HOBBSBAWM, E.J. (Org.). *História do marxismo: o marxismo no tempo de Marx*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v. 1. p. 301-346.

HOBBSBAWM, E.J. *A era do capital: 1848-1875*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

HOBBSBAWM, E.J. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

MARX, K. Cartas: Marx a P. V. Annenkov. In: MARX, K.; ENGELS, F. (Ed.). *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, 19--. v. 3.

MARX, K.; ENGELS, F. Prefácios (Manifesto do Partido Comunista). In: *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, 19--. v. 1.

MARX, K.; ENGELS, F. *O Manifesto Comunista*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. (Coleção leitura).

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Livro primeiro: O processo de produção do capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 1.

MAZZUCHELLI, F. *A contradição em processo: o capitalismo e suas crises*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

MILIBAND, R. Estado. In: BOTTOMORE, T. (Ed.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 133-136.

NETTO, J.P. *Marxismo impenitente: contribuição à história das idéias marxistas*. São Paulo: Cortez, 2004.

TULLIO, G.A. *Marx: o problema da crise, o problema da verdade*. Maringá: [s.n.], 2005. mimeo.

VILAR, P. Marx e a história. In: HOBBSBAWM, E.J. (Org.). *História do marxismo: o marxismo no tempo de Marx*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v. 1. p. 91-126.

⁷ Todavia, a revolução feita pelo operariado obteve influências globais. Seus reflexos foram marcantes até mesmo no Brasil, conforme expôs o historiador Eric Hobsbawm: “Além disso, 1848 foi a primeira revolução potencialmente global, cuja influência direta pode ser detectada na insurreição de 1848 em Pernambuco (Brasil) [...]” (Hobsbawm, 1996, p. 28).

Received on July 19, 2007.

Accepted on May 05, 2007.